



Sessão de Esclarecimentos sobre a eventual fusão ou integração APAP/OA

Notas

---- A Sessão de Esclarecimentos sobre a possível integração dos arquitectos paisagistas na Ordem dos Arquitectos (OA) realizou-se no dia 8 de Novembro de 2025, às 15h, na Sala de Reuniões do Cowork Pátio em Coimbra e por videoconferência, tendo o convite sido enviado por correio electrónico a todos os Associados e amplamente difundido na página web, Newsletter e redes sociais da APAP. -----

---- Tendo, nos últimos dezoito meses, decorrido negociações entre a APAP e a OA, com o intuito de estabelecer formas concretas para viabilizar uma eventual fusão ou integração entre ambas as entidades; sendo que este processo, que se encontra actualmente numa etapa intermédia, se reveste de particular importância estratégica para o futuro da nossa Associação, e reconhecendo a necessidade de auscultar as diferentes perspectivas dos membros, a Direcção propôs a realização de uma reunião que visou promover um espaço de diálogo aberto para recolher contributos e opiniões dos associados sobre o processo em curso, de modo a apoiar a tomada de decisões fundamentadas neste momento determinante. -----

---- A Sessão de Esclarecimentos iniciou com Carlos Correia Dias a informar do carácter informativo e consultivo, não deliberativo, desta reunião, e que o processo está em fase intermédia, sem decisões definitivas tomadas. Em seguida, Carlos Correia Dias fez uma breve descrição do progresso das



negociações desde o seu início, com a assinatura do Protocolo de Entendimento APAP/OA em Março de 2023 e posterior aprovação pela Assembleia Geral da APAP em Novembro de 2023 que mandatou a Direcção para dar início às negociações com a OA para a possível integração. Foi, em seguida, feita a apresentação do documento de acordo programático que será assinado no próximo sábado no Congresso dos Arquitectos, destacando que o modelo proposto é de uma estrutura nacional de arquitectura paisagista (ENAP) dentro da Ordem dos Arquitectos, por analogia com as secções regionais. -----

---- Margarida Cancela d'Abreu pede a palavra para, como ex-Presidente da APAP e anterior responsável pela tentativa de criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas, partilhar o seu entendimento das questões legais sobre a constituição de ordens profissionais, alertando que cada Ordem representa uma profissão e que, para haver duas profissões numa Ordem, o nome teria de incluir ambas, ou seja "Ordem dos Arquitectos e dos Arquitectos Paisagistas". Em seguida lembrou que as tentativas para constituir uma ordem duram desde 2009 e que enfrentaram obstáculos significativos, com as propostas na Assembleia da República a serem recusadas, alegando que a União Europeia não autorizou a constituição de mais ordens, considerando-as corporativas. Finalizou por mencionar o exemplo da Alemanha em que os arquitectos paisagistas se juntaram à estrutura existente dos arquitectos. -----

---- Retomando a palavra, Carlos Correia Dias confirmou que o processo vem desde os anos 90, com várias tentativas frustradas, que a criação de uma ordem própria parece inviável no contexto actual e que a integração na OA surge como alternativa para que a profissão possa aspirar a ter representatividade legal. Realçou que, como mencionado na Assembleia Geral de Novembro de 2023, é possível uma Ordem incluir duas (ou mais) profissões. Miguel Marques Pereira defendeu a necessidade de ter representação legal



para proteger a profissão e afirmou que a probabilidade de criar uma ordem própria é nula por falta de ascendente político. Gonçalo Duarte Gomes enfatizou que os arquitectos paisagistas têm peso político "nulo" e precisam de representação legal e Paula Simões destacou a importância de ter voz nos órgãos consultivos e no processo legislativo. -----

---- Em seguida, Carlos Correia Dias explicou o modelo proposto para a Estrutura Nacional de Arquitectura Paisagista, sendo que cada órgão da OA terá representação da ENAP, tendo a ENAP Direcção e Conselho Geral próprios, sendo o presidente da ENAP sempre um dos vice-presidentes da OA e podendo os arquitectos paisagistas serem eleitos para qualquer órgão da OA, incluindo Presidente. Gonçalo Duarte Gomes informou que a OA está disposta a deixar à consideração da APAP os requisitos de admissão dos membros arquitectos paisagistas e que, embora ainda esteja a ser trabalhado o documento onde serão definidos os actos próprios e partilhados entre arquitectos e arquitectos paisagistas, os arquitectos reconhecem que a sua actuação deve ficar circunscrita à proximidade do edifício, em contexto urbano consolidado e que os arquitectos paisagistas teriam exclusividade em áreas naturalizadas e projectos de espaços exteriores autonomizáveis. -----

---- Teresa Portela Marques questionou se esta distinção é suficiente para esclarecer os actos próprios e se a distinção entre o que está ligado ao edificado ou separado do edificado é suficiente para esclarecer os actos próprios. Laura Roldão Costa expressou preocupação sobre a possibilidade de os arquitectos paisagistas ficarem limitados apenas a jardins. Gonçalo Duarte Gomes destaca que a actual Direcção da OA mostra abertura inédita para esta integração e lembra que é importante que todos os associados contribuam para a criação da lista de actos próprios da arquitectura paisagista. -----

---- Carlos Ribas mencionou que os arquitectos estão a reconhecer cada vez mais o valor dos arquitectos paisagistas e destacou que este é um progresso



significativo em relação à posição anterior da OA, que não reconhecia a actuação dos arquitectos paisagistas em meio urbano. Carlos Ribas lembrou um documento da OA de reacção ao então apresentado projecto de estatutos da Ordem dos Arquitectos Paisagistas, onde a OA marcava que os arquitectos paisagistas só podem intervir em meio rural enquanto a intervenção urbana permanece reservada aos arquitectos. Carlos Ribas destacou que esta nova formulação representa um progresso significativo, reconhecendo actos partilhados entre arquitectos e arquitectos paisagistas, com os últimos tendo direito exclusivo a projectos de espaços exteriores autonomizáveis. Carlos expressou apoio à tentativa de integração das organizações profissionais, observando que historicamente os actos próprios dos arquitectos paisagistas são elaborados por diversas profissões, para além dos arquitectos, incluindo engenheiros do ambiente, engenheiros biofísicos, geógrafos, geólogos, e muitos outros. -----

---- João Nunes questionou sobre a possibilidade de os arquitectos paisagistas pertencerem a um colégio próprio dentro da AO e argumentou que a APAP deveria manter uma identidade própria e autonomia de tomada de posição. Carlos Correia Dias explicou que a opção do Colégio não é viável porque requer que as profissões tenham formação comum (que não é o caso entre os arquitectos paisagistas e os arquitectos) e que o acordo negociado com a Ordem dos Arquitectos representa o melhor cenário possível, considerando que os próximos Presidentes da OA provavelmente não terão a mesma abertura. Gonçalo Duarte Gomes voltou a frisar a falta de peso político dos arquitectos paisagistas e que a oportunidade actual deve ser aproveitada para garantir a preservação das áreas de negócio específicas e que a integração seria uma forma de ganhar representatividade. Luís Cabral observou que a capacidade de representação a nível governamental é fundamental. -----



---- João Nunes sugeriu a possibilidade de realizar um referendo para que os arquitectos paisagistas se pronunciem sobre a integração, tendo Manuela Raposo Magalhães, Teresa Portela Marques, Rafaela Borges, Miguel Marques Pereira e Cláudia Ávila Gomes expressado concordância com a realização de um referendo sobre esta integração, com preocupações sobre a sustentabilidade da profissão e a necessidade de maior comunicação com os associados. Carlos Correia Dias esclareceu que um referendo poderia ser considerado, mas apenas quando houvesse decisões mais definidas e Gonçalo Duarte Gomes argumentou que as assembleias gerais são o órgão máximo da associação e que um referendo poderia fazer perder a janela de oportunidade actual. -----

---- Laura Roldão Costa expressou preocupação com a possível perda de identidade da arquitectura paisagista e alertou para o risco de arquitectos com mestrado em arquitectura paisagista se considerarem arquitectos paisagistas. Margarida Cancela d'Abreu esclareceu que a Federação Europeia dos Arquitectos Paisagistas só reconhece como arquitectos paisagistas profissionais com cinco anos de formação na área. Cláudia Ávila Gomes manifestou receio de que a profissão possa se extinguir se for integrada na OA e Teresa Portela Marques destacou as diferenças fundamentais de visão entre arquitectos e arquitectos paisagistas, questionando se a integração proposta seria benéfica ou prejudicial ao longo do tempo, destacando a importância de uma lista detalhada de actos próprios e sugerindo cautela sobre as condições acordadas, recomendando que sejam feitas contribuições amplas para essa lista e que se proteja a profissão contra mudanças futuras na direcção da ordem. -----

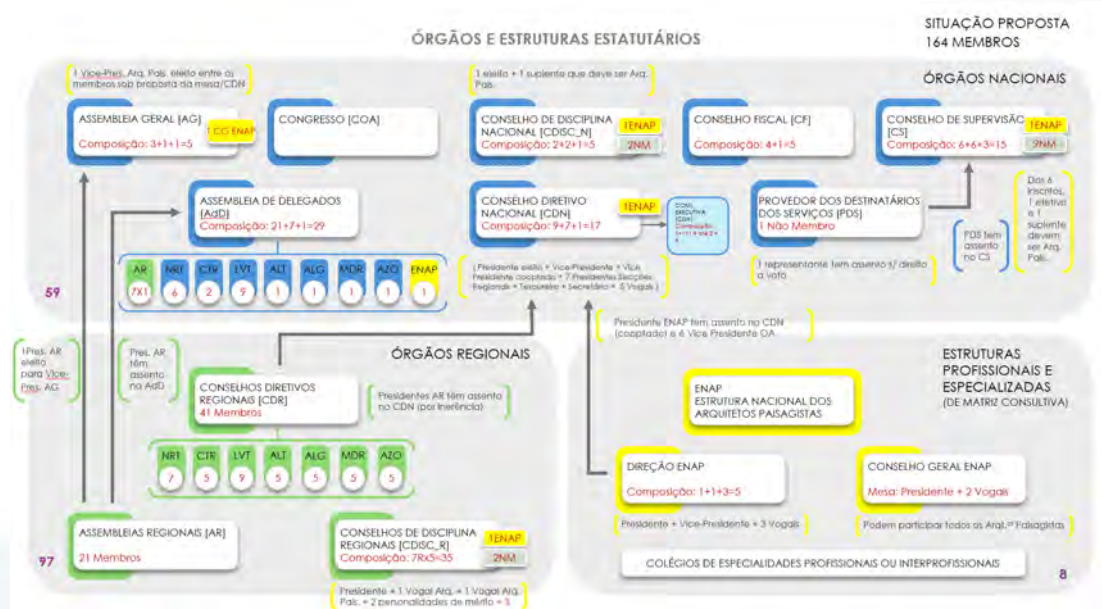
---- Ricardo Bessa discutiu as implicações da perda da associação profissional para arquitectos paisagistas e expressou preocupação sobre como isso afectará a lei de operações urbanísticas e projectos de obras públicas. Carlos



Correia Dias explicou que as mudanças na lei do estatuto dos arquitectos serão implementadas em Outubro-Novembro-Dezembro, com possíveis ajustes necessários devido às alterações legislativas. -----

---- Paula Simões, voltando ao tema do contexto internacional, reforçou que o caso de outras associações, incluindo a da Alemanha, foi estudado e enfatizou a importância de não perder esta oportunidade de ter voz na profissão e expressou preocupação sobre a sobrevivência da profissão de arquitectos paisagistas, destacando a necessidade de encontrar uma solução que permita representação e reconhecimento da profissão a nível nacional e europeu, recordando que o facto de os arquitectos paisagistas não estarem incluídos numa ordem profissional faz com que não sejam ouvidos no momento da discussão de novas leis ou alterações a leis existentes, resultando na perda de competências. Recorda como exemplos marcantes as recentes publicações da Portaria n.º 255/2023, de 7 de Agosto (que revoga a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho e aprova o conteúdo obrigatório do projecto de execução, bem como os procedimentos e normas a adoptar na elaboração e faseamento de projectos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projectos de obras», e a classificação de obras por categorias) e da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de Fevereiro (que identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril) nas quais não foi solicitada a participação da APAP. Inversamente, a APAP participou na discussão da proposta do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro (que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria), por convite expresso, não da Assembleia da República, mas da OA. Recorda, ainda, que a necessidade de uma estrutura independente para arquitectos paisagistas é uma vontade desta Direcção, mas também um requisito para manter a afiliação na IFLA Europa. -----

---- Manuela Raposa Magalhães e Teresa Portela Marques discutiram preocupações sobre a representação numérica dos arquitectos paisagistas em relação aos arquitectos nos órgãos de decisão, destacando a disparidade que pode levar a decisões contrárias aos interesses da arquitectura paisagista. Carlos Correia Dias explicou que a proporção numérica actual entre arquitectos (30.000 total) e arquitectos paisagistas (2.000 total) é de 1 arquitecto paisagista para 15 arquitectos, mas que a proposta de integração conta com uma representação de arquitectos paisagistas nos Órgãos Sociais sempre superior à proporção real e garante presença em todos os órgãos, enfatizando que a presença naqueles órgãos é fundamental para garantir direitos e não apenas influência. A actual proposta de estruturas e órgãos estatutários conta com um total de 164 membros dos quais 13 são arquitectos paisagistas (proporção de 1:12,6) e garante que o Presidente da ENAP é sempre Vice-Presidente do Conselho Directivo Nacional da OA, como se mostra infra. -----



Adicionalmente, relembra que além das posições garantidas pela estrutura base, os arquitectos paisagistas podem integrar qualquer órgão da estrutura geral, incluindo ser Presidente da AO e que a integração poderia proporcionar maior representatividade, apesar da disparidade numérica. -----



---- Carlos Correia Dias questionou os participantes sobre qual deveria ser o futuro da APAP, caso ocorra a integração na OA, se a APAP deveria extinguir-se ou evoluir para outra coisa, como um centro de investigação ou Tertuliano. João Nunes, opinou que a APAP poderia manter-se como organização para promoção da cultura, caso o corpo na Ordem dos Arquitectos não tivesse esse lugar e Teresa Portela Marques considerou mais lógico manter a APAP com funções culturais, mas expressou preocupação com a viabilidade financeira. Carlos Correia Dias alertou que, com a integração, o financiamento da APAP seria comprometido, pois as quotas e declarações passariam para a Ordem, pelo que seria necessário redefinir o papel e encontrar novas fontes de financiamento para a APAP. Laura Roldão Costa sugeriu manter a APAP como "porto seguro" caso a integração não funcione bem. Madalena Neves comenta que a melhor acção para continuidade da APAP seria dar "corpo/massa crítica" ao grupo profissional dentro da OA, uma vez que, ao já sermos um número muito inferior aos arquitectos, ter duas vias de expressão, cultural e cívica, poderá não fazer sentido. -----

---- Victor Beiramar Diniz afirma que vê com preocupação que a associação profissional resultante deste processo se chamará exclusivamente Ordem dos Arquitectos e crê que, qualquer que seja a forma de unificação de ambas estruturas, o título deverá, sempre, incluir a referência à Arquitectura Paisagista. Teresa Portela Marques refere que seria de insistir na designação de Ordem dos Arquitectos e Arquitectos Paisagista e que este seria um teste à verdadeira aceitação dos arquitectos paisagistas. Ricardo Bessa concorda, apesar de perceber as dificuldades ou mesmo a impossibilidade em tal acontecer. -----

---- Às dezassete horas e cinquenta e oito minutos dá-se por terminada a sessão, com a consideração que a discussão deve continuar. -----